



A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E OS INTERESSES DE MERCADO NA POLÍTICA EDUCACIONAL

Giovanni Frizzo ¹

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) completa, em 2016, 35 anos de existência, com uma trajetória que envolve diferentes lutas com o conjunto da classe trabalhadora brasileira. Dentre estas lutas, destaca-se o combate à ditadura empresarial militar (1964-1985); o envolvimento na constituinte, que se materializou na estruturação da Constituição Federal de 1988; com o Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública, que contribuiu para a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 e do Plano Nacional de Educação; e, ainda, com a luta em conjunto com as demais categorias de servidores públicos federais contra as políticas de privatização e ataques ao serviço público.

O ANDES-SN foi criado em 19 de fevereiro de 1981, inicialmente como associação docente e, após a Constituição Federal de 1988, transformou-se em sindicato nacional que representa os docentes das instituições de ensino superior, envolvendo instituições de ensino federal, estaduais, municipais e particulares. Na atualidade, conta com um número aproximado de 70 mil filiados, e a entidade é vinculada à Central Sindical e Popular CSP-Conlutas.

Dentre as diversas lutas da categoria docente, destaca-se o papel da entidade na defesa da educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada, enfrentando as políticas neoliberais que buscam mercantilizar os direitos sociais, tais como a educação, saúde, previdência, etc. Nos marcos das lutas da categoria docente, também o sindicato nacional tem papel fundamental na luta em defesa da saúde pública e da saúde docente, dos direitos de aposentadoria, na formulação de políticas públicas para a população brasileira e no combate a todas as formas de opressão, expressando solidariedade às lutas dos docentes e trabalhadores em âmbito internacional.

¹ Professor do Programa de Pós-graduação em Educação Física da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas-UFPel. Dirigente Sindical do (ANDES-SN), Brasil. E-mail: <gfrizzo2@gmail.com>



Especificamente na Educação Básica, o ANDES-SN tem, em seus quadros de sindicalizados, docentes que atuam nesta etapa da educação nos Colégios de Aplicação das universidades federais e em Institutos Federais de Ensino que oferecem Ensino Médio, Técnico e Tecnológico. Assim como o sindicato atua em conjunto com as entidades representativas da Educação Básica na resistência às políticas educacionais privatizantes e que precarizam a educação pública, e também na formulação de materiais acerca da estruturação da Educação Básica em relação a condições de trabalho, currículo, gestão, legislação, etc.

A crise sistêmica do capital alastra-se de forma globalizada e repercute na política educacional em todas as esferas, portanto, também do Ensino Médio. Dentre outras questões, a crise do capital tem sua origem na lógica do mercado como regulador da vida, desdobrando-se na educação de uma forma geral. O atrelamento da formação ao mercado de trabalho expõe processos sistêmicos desta mercantilização da vida; isto é, transforma-se tudo em mercadoria a ser disponibilizada para compra e venda, inclusive o próprio trabalho humano. É possível afirmar que este projeto de educação encontra sua consolidação a partir da formulação da Teoria do Capital Humano na década de 1960 (SCHULTZ, 1967), em que a educação e os processos de formação escolar são direcionados para a qualificação profissional, ou seja, que se subentendem unicamente como preparação para o mercado de trabalho. Uma das finalidades do trabalho docente, articulado ao processo de trabalho capitalista, passa a ser o disciplinamento para a vida social e produtiva em que o trabalho pedagógico fica subordinado à esfera de produção, onde o professorado insere-se na *linha de montagem*, e sua função primeira é preparar os filhos da classe trabalhadora para o mercado de trabalho. O tempo de aprendizagem não tem valor por si mesmo, é simplesmente uma preparação para a *verdadeira* vida. Em outras palavras, para o trabalho capitalista fora da escola, ao passo que, comparativamente, a escolarização é dispendiosa, improdutiva ou, quando muito, reprodutiva.

No âmbito dessa concepção de educação, as capacidades mudam e são chamadas de competências, fala-se em desenvolvimento de competências cognitivas complexas, mas sempre com o objetivo de atender às exigências do processo de valorização do capital. Como uma das consequências disso, temos a *pedagogia das competências*, que orienta a formação do indivíduo pautada pelos atributos necessários ao atual período de

desenvolvimento do capitalismo, sendo a escola uma instituição mediadora do processo de produção da força de trabalho.

A lógica das competências define-se por um conjunto de condições físicas e mentais da mercadoria como força de trabalho, disponíveis para serem dispendidas como valor de troca em atividades estranhadas (alienadas) ao ser humano, e possíveis de serem comercializadas. Este conjunto de condições é pragmático, em resposta às necessidades de mercado, cuja rapidez de resposta é o principal critério de produtividade de determinada força de trabalho *competente*. A certificação profissional é uma garantia de qualidade daquilo que o trabalhador e a trabalhadora podem oferecer de respostas às demandas do seu emprego e das competências que possui.

Nos últimos anos, os principais elementos de reforma do Ensino Médio materializam-se com a implementação das avaliações nacionais padronizadas, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), cujo mecanismo utilizado é a realização de uma prova com os estudantes concluintes desta etapa, e cujos resultados podem ser utilizados pelas Instituições de Ensino Superior para acesso às vagas existentes. Esse tipo de mecanismo acaba por mascarar as necessidades de aprendizagem na Educação Básica, na medida em que as escolas acabam por utilizar os temas e conteúdos do ENEM como referência para o ensino. Significa dizer que há uma preparação no Ensino Médio para a realização da prova, invertendo a lógica progressiva de aprendizagem, na qual o acúmulo de conhecimentos dos estudantes deva ser avaliado por seu avanço, e não como destinação final comprovada pelo desempenho no ENEM. É bastante comum que instituições privadas utilizem o desempenho dos estudantes na prova nacional como critério para a qualidade de suas escolas e propaganda da empresa educacional.

Também está em curso a discussão sobre a construção de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) por parte do governo federal. A intenção desta é padronizar os currículos em esfera nacional através de conteúdos a serem indicados por tal política educacional. Esta discussão está atravessada por questionamentos oriundos das entidades sindicais, trabalhadores da educação e movimento estudantil, especialmente pelo fato de não ter ampla discussão nas escolas e comunidades, e tornar-se uma referência de *especialistas* para o trato com o conhecimento nas escolas. Também, o conteúdo da BNCC é questionado na medida em que estabelece os temas a serem tratados em esfera nacional, e

desrespeita a autonomia das instituições e comunidades escolares para a elaboração de seus projetos pedagógicos e currículos de acordo com suas demandas e necessidades.

É importante destacar que, na elaboração dos projetos de lei e em algumas implementações de reformas do Ensino Médio em redes estaduais, é possível identificar uma nova roupagem da Teoria do Capital Humano sob a caracterização da formação para a empregabilidade. A empregabilidade é trazida como uma necessidade individual de aquisição de competências para a disputa por emprego, não representando, como defendiam os teóricos do capital humano, que o crescimento econômico de determinado país dependesse do nível de qualificação dos trabalhadores e das trabalhadoras, e muito menos que o investimento individual em formação e treinamento garanta algum tipo de retorno futuro. A tendência de diminuição do trabalho vivo na produção tem reduzido o número de empregos, mas com uma necessidade complexa de capacidades para produção flexível, mas não necessariamente *qualificada*.

A reestruturação produtiva e as transformações no mundo do trabalho das últimas décadas, especialmente originadas pela maior interação entre meios tecnológicos e a esfera de produção, têm sido acompanhadas também de mudanças de paradigmas na formação escolar. Tais processos de mudanças no currículo do Ensino Médio têm tido ressonância na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul (RS). No ano de 2011, o Governo do Estado do RS divulgou um documento-base que intitulou *Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio – 2011-2014*. Trata-se de uma proposta de reestruturação curricular do Ensino Médio para “desenvolver um projeto educacional que atenda às necessidades do mundo do trabalho, mas que tenha na sua centralidade o indivíduo, a partir de uma proposta de formação integral” (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 8).

Este documento tem por objetivo uma mudança estrutural que coloque o Ensino Médio para além da mera continuidade do Ensino Fundamental: “um Ensino Médio que contemple a qualificação, a articulação com o mundo do trabalho e práticas produtivas, com responsabilidade e com qualidade cidadã” (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 4). A ideia é de um Ensino Médio Politécnico, que tenha como base a dimensão da politecnia, formada na articulação das áreas de conhecimento e suas tecnologias com os eixos: cultura, ciência, tecnologia e trabalho enquanto princípios educativos. A Educação Profissional Integrada ao

Ensino Médio “se configura como aquisição de princípios que regem a vida social e constroem, na contemporaneidade, os sistemas produtivos” (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 4).

Desde a implantação do Ensino Médio Politécnico no RS surgiram diversas dúvidas por parte do professorado e estudantes perante a nova estrutura curricular. A proposta trouxe certa insegurança por apresentar uma série de dificuldades em sua implementação, que se iniciou em 2012. Embora toda uma caracterização do projeto do *Ensino Médio Politécnico* através de conceitos históricos da pedagogia socialista, o que se verifica é a crítica à pedagogia tradicional fordista (como é caracterizado no projeto), apontando para soluções com base teórica pós-estruturalista e da relação da formação escolar atrelada ao mercado de trabalho, e a esfera produtiva sob o viés da acumulação flexível ou toyotista (ANTUNES, 1999). A ideia de construção de identidades, discursos e polivalência complementam a teoria educacional das competências e da empregabilidade, sem tocar nas questões prioritárias na escola sobre a autonomia pedagógica, condições de trabalho e estudo, garantias de permanência na escola, dentre outros aspectos.

Nesse sentido, é importante recuperar a análise da realidade do trabalho docente partindo dos conceitos da categoria trabalho. A categoria ontológica do trabalho, como atividade humana produtiva da existência, e sua dimensão histórica, manifestada a partir da relação entre capital e trabalho, constitui um conjunto de relações que configuram o *mundo do trabalho*, originando um campo que supera, por incorporação, as análises centradas nas relações do mercado de trabalho. Isto é, há uma considerável limitação em pensar as relações de trabalho docente somente na esfera do mercado de trabalho, pois este se configura como um espaço de compra e venda da mercadoria força de trabalho, mercadoria esta que é propriedade do trabalhador nas relações de assalariamento, relação própria do modo de produção capitalista. Portanto, o limite se estabelece a partir da constatação de que o trabalho é produtor da própria existência do ser humano, mediação deste com a natureza e com os demais homens e mulheres, não podendo ser reduzido a uma mercadoria (embora, no sistema sócio-metabólico do capital, esta atividade humana é subsumida ao capital e tornada meio de produção de capital).

Ao apontar o trabalho enquanto categoria fundante do ser social e de sua centralidade no desenvolvimento da sociedade, onde os diferentes modelos de produção,

até então experimentados pela humanidade, estabelecem as bases para a reprodução de sua forma de organização, buscamos entender os fundamentos da formação humana e como esta se manifesta no atual período histórico. De maneira geral, a educação consolida-se na incumbência de atender as demandas apresentadas pela esfera produtiva, formando determinado tipo de ser humano necessário à lógica do mercado.

Nosso ponto de partida é o trabalho compreendido como mediação de primeira ordem no processo de produção da existência e objetivação da vida humana. A dimensão ontológica de auto mediação do trabalho é, assim, o ponto de partida para a produção de conhecimento e de cultura pela humanidade. O trabalho docente, portanto, é uma prática social munida de forma e conteúdo, expressando, dentro das suas possibilidades objetivas, as determinações políticas e ideológicas dominantes em uma sociedade ou, por contradição, busca a explicitação da superação destas determinações. A escola, compreendida como o espaço institucional da formação no sistema do capital, cumpre determinações da prática social, em que a organização do trabalho pedagógico procura dar conta dessa tarefa.

Compreendemos a função social da educação na perspectiva da formação humana atrelada à ideia de omnilateralidade, em que o desenvolvimento do ser humano é entendido como o desenvolvimento da totalidade das capacidades produzidas historicamente pela humanidade, e que são a base para o desenvolvimento de novas capacidades de produção do próprio ser humano.

As recentes políticas educacionais que implicam na reformulação do Ensino Médio - Plano Nacional de Educação (PNE) e PRONATEC, por exemplo - apontam modificações que buscam adequar ainda mais a formação dos estudantes às demandas da esfera produtiva, situação em que se identifica a desqualificação da formação escolar a partir de uma perspectiva fragmentada, especialmente em relação à organização curricular. Tal reorganização divide a formação em áreas do conhecimento, em que os estudantes se adequam de acordo com seus interesses, impossibilitando a apropriação do conhecimento em sua totalidade. Assim, o conhecimento que estrutura a formação é relacionado à avaliação padronizada em âmbito nacional (ENEM), desrespeitando as demandas locais de aprendizagem e autonomia das escolas para elaborarem seus projetos pedagógicos.

Os impactos negativos para o trabalho docente expressam-se na medida em que a formação aligeirada dos cursos de licenciatura não consegue instrumentalizar

suficientemente os docentes para organizarem seu trabalho pedagógico, nem para serem capazes de promover aprendizagens significativas aos estudantes e conhecimento aprofundado da realidade para sua transformação. Por fim, destaca-se que o novo PNE (2014-2024) aponta a inserção de recursos privados no financiamento da escola pública, o que torna o interesse de geração de lucros mais influente nas políticas educacionais brasileiras. Esse predomínio da esfera privada também pode ser verificado quando observamos que a perspectiva de gestão escolar do PNE é de caráter gerencial produtivista, visando ao cumprimento de metas para aquisição de recursos, ou seja, a escola pública transformada em empresa produtora de mercadorias.

Como desdobramentos da crise do capital, nos últimos anos tem sido implementada, pelo governo federal e governos estaduais, a política chamada de *Ajuste Fiscal* que, dentre outras questões, operam com a lógica de diminuição do investimento público em direitos sociais para garantia de recursos para pagamento da dívida pública, que soma aproximadamente a metade dos recursos do orçamento federal e do PIB. Tais medidas são acompanhadas de ampliação dos processos de privatização de empresas estatais e serviços públicos, inclusive com a permissão de terceirização de trabalhadores da educação e da gestão das instituições escolares na forma de Organização Sociais de direito privado, e que estabelecem convênios com as redes de ensino para administrar escolas e universidades públicas.

A política de Ajuste Fiscal também opera diversos ataques aos direitos dos trabalhadores, especialmente no que tange ao salário, carreira e direitos de aposentadoria. Mesmo com a aprovação da Lei 11.738/2008 (BRASIL, 2008), do Piso Salarial Nacional do Magistério Público da Educação Básica, diversas redes de ensino não cumprem com a Lei e os docentes percebem remunerações aquém da legislação. Este fato implica em aumento da jornada de trabalho e desvalorização da carreira docente. No ano de 2016, essa questão salarial adquire características de maior impacto negativo para os docentes, algumas redes estaduais de ensino - como Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro - estabeleceram políticas de austeridade que, inclusive, parcelam os salários dos servidores públicos estaduais que recebem suas remunerações de forma retalhada, e alguns direitos, como o 13º salário, não são pagos pelos respectivos governos.

Dentre as políticas de austeridade implementadas, a diminuição dos investimentos na educação pública aumenta a precarização do trabalho e do ensino, na medida em que os repasses de recursos para as escolas impossibilitam sua manutenção e ampliação das estruturas para garantia de qualidade da educação ofertada pelas instituições.

O ano de 2014 foi bastante expressivo no sentido de construção das lutas articuladas dos setores sindicais e estudantis para construir um projeto de educação pública classista e representativo das demandas da população brasileira. A realização do Encontro Nacional de Educação (ENE), no Rio de Janeiro, culminou com um significativo processo de articulação, debate e construção deste projeto. Tal empreendimento teve como coordenação o Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já!, um fórum que reúne diversas entidades nacionais que articulam uma série de ações no sentido de defesa da educação pública e do financiamento público exclusivamente para a educação pública. São diversas entidades nacionais que compõem o Comitê Nacional, entidades sindicais, estudantis, movimentos sociais, entidades científicas e profissionais que têm, em suas instâncias, o ponto comum de defesa da educação pública e que se somam nesta luta contra a mercantilização da educação.

Em relação às entidades sindicais representativas dos trabalhadores da Educação Básica, os sindicatos são organizados em âmbito estadual e municipal, de acordo com suas respectivas redes de ensino. Nacionalmente, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) aglutina os sindicatos e ela filiados, e tem como papel central a representação das entidades sindicais em âmbito nacional, especialmente no tocante à relação com o governo federal e esferas de elaboração política, como o Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação. Desde a eleição de Lula da Silva (PT) para a presidência da república em 2002, esta entidade tem atuado no sentido de aproximação orgânica de sua direção com o governo federal, em vista de que a orientação do Partido dos Trabalhadores (PT) é de sua militância não promover enfrentamentos diretos ao governo federal, mas de conciliar posições, mesmo que à margem das demandas e lutas da categoria docente. Desde então, as discussões nas bases das categorias enfrentam, muitas vezes, direções sindicais atreladas ao governo federal, e que acabam por barrar o enfrentamento às políticas educacionais movidas pelo governo. Tal fato tem ocasionado decisões das

categorias, em assembleia, de desligamento de entidades nacionais atreladas às políticas do PT e dos seus governos, tal como o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ), que se desfilou da CNTE e do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul e Sindicato dos Trabalhadores da Educação (CPERS-SINDICATO), que se desfilou da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que também é uma central sindical atrelada às políticas do governo federal do PT.

Destaca-se também que, na estrutura do sindicato nacional, o ANDES-SN tem um Grupo de Trabalho de Política Educacional que realiza reuniões periódicas e eventos nacionais com o intuito de debater a política educacional, tanto para o Ensino Superior como para a Educação Básica, apontando encaminhamentos concretos para a luta da classe trabalhadora. Em relação ao Ensino Médio, o acúmulo do sindicato nacional tem apontado alguns elementos críticos sobre esta política, especialmente no que tange ao atrelamento da formação ao mercado, e denunciado os problemas relativos aos processos de mercantilização e privatização da educação, à precarização das condições de trabalho na escola pública, e os impactos na formação de professores que tocam modificações na estrutura dos cursos de licenciatura das universidades.

No caso específico do Rio Grande do Sul, com a implementação do projeto de *Ensino Médio Politécnico* durante a gestão do ex-governador Tarso Genro (PT), a categoria docente, através do seu respectivo sindicato, levou a cabo uma intensa luta contrária à implementação arbitrária de um projeto que sequer consultou os trabalhadores da educação e os estudantes. As denúncias dos equívocos de tal projeto, aliados à completa precarização das condições de trabalho e de infra-estrutura das escolas, motivaram muitas ações do conjunto da categoria no sentido de reverter a lógica de destruição da formação e da escola pública, inclusive com a deflagração de greves durante os quatro anos de gestão.

A perspectiva de construção de um projeto de educação classista e representativo da classe trabalhadora coloca-se como um horizonte importante para enfrentar a lógica empresarial de educação e apresentar um projeto construído através do interesse público. Neste sentido, o Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já! tem construído importantes iniciativas com este objetivo. A realização do ENE 2014 e a preparação para o II ENE 2016 estão na agenda de lutas dos trabalhadores e da juventude como acúmulo teórico e articulação classista em defesa da educação pública.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRASIL. **Lei nº 11.738 de 16 de julho de 2008 - piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica**. Brasília-DF, 2008.

RIO GRANDE DO SUL. **Proposta pedagógica para o ensino médio politécnico e educação profissional integrada ao ensino médio (2011-2014)**. Novembro de 2011.

SCHULTZ, Theodore. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967

RECEBIDO EM 01 DE ABRIL DE 2016.

APROVADO EM 30 DE MAIO DE 2016.